

Os sentidos do trabalho nas trajetórias de jovens egressos da educação do campo

The meanings of work in the trajectories of young graduates of rural education

Rainei Rodrigues Jadejiski

Instituto Federal do Maranhão, Campus Araioses, MA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 17/02/2026

Aceito em 31/03/2026

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p194-209>

Copyright (c) 2026 Rainei Rodrigues Jadejiski.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

JADEJISKI, Rainei Rodrigues. Os sentidos do trabalho nas trajetórias de jovens egressos da educação do campo. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 51, n. 267, p. 194-209, jan./abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p194-209>

Resumo

O artigo analisa como o trabalho se inscreve nas trajetórias de oito jovens egressos da Educação do Campo, formados no Centro Estadual Integrado de Educação Rural (CEIER) de Águia Branca, no estado do Espírito Santo. Ancorado na compreensão do trabalho como dimensão constitutiva da formação humana, o estudo adota abordagem qualitativa e mobiliza entrevistas de história oral temática. As análises evidenciam percursos juvenis marcados por permanências, deslocamentos e retornos ao território rural, em que o trabalho assume centralidade como eixo organizador das experiências e dos projetos de vida. As narrativas indicam que a Educação do Campo atua como mediação emancipatória que amplia leituras sobre o território e o mundo do trabalho, sem impor fixação territorial. Ao mesmo tempo, tornam visíveis desigualdades relacionadas ao acesso à terra, às relações de gênero e às condições materiais de existência que configuram as trajetórias juvenis. Ao assumir um caráter (in)conclusivo, o texto contribui para ampliar o debate sobre juventudes rurais, trabalho e as condições concretas de vida no campo brasileiro.

Palavras-chave: emancipação; formação humana; juventudes rurais; mundo do trabalho; territorialidades.

Abstract

This article examines how work is inscribed in the trajectories of eight young graduates of Rural Education, who studied at the Centro Estadual Integrado de Educação Rural (CEIER) in Águia Branca, Espírito Santo, Brazil. Grounded in the understanding of work as a constitutive dimension of human formation, the study adopts a qualitative approach and draws on thematic oral history interviews. The analyses reveal youth trajectories marked by permanence, mobility, and returns to rural territories, in which work assumes a central role as an organizing axis of experiences and life projects. The narratives indicate that Rural Education operates as an emancipatory mediation that expands critical readings of territory and the world of work, without imposing territorial fixity. At the same time, they make visible inequalities related to land access, gender relations, and material conditions of existence that shape youth trajectories. Assuming a deliberately (in)conclusive character, the text contributes to broadening the debate on rural youth, work, and the concrete living conditions in the Brazilian countryside.

Keywords: emancipation; human formation; rural youth; world of work; territorialities.

(RE)INICIANDO O DIÁLOGO

As transformações contínuas nas formas de trabalhar e produzir a vida impactam os modos de existência nas áreas rurais, reordenando relações com os processos formativos e com o território, aqui compreendido como construção relacional produzida nas dinâmicas sociais e nas múltiplas formas de pertencimento produzidas no interior de relações sociais, políticas e simbólico-afetivas em constante redefinição (Haesbaert, 2023).

No contexto brasileiro, configurado pela intensificação da concentração fundiária, pela expansão do agronegócio e pela precarização das condições de vida no campo, as juventudes rurais constroem trajetórias marcadas por múltiplas contradições, nas quais o trabalho assume lugar central na organização das experiências e dos projetos de vida. Nessa perspectiva, compreendemos o trabalho como dimensão ontocriativa da existência humana, vinculada à produção da vida social e à formação dos sujeitos, conforme discutem Frigotto (2008) e Frigotto e Ciavatta (2012).

Nesse cenário, a Educação do Campo ganha relevo, pois articula formação humana, luta por direitos e defesa de condições dignas de vida nos territórios rurais, sendo compreendida como projeto político-pedagógico vinculado às lutas sociais e à emancipação dos sujeitos (Caldart, 2020; Caldart, 2024). Longe de se orientar pela fixação de sujeitos ao campo ou pelo combate abstrato ao êxodo rural, a Educação do Campo é emancipatória. Ela está comprometida com a ampliação das possibilidades de escolha e com a construção de um campo onde seja possível viver com dignidade para aqueles que optam por nele permanecer.

Em uma perspectiva crítica da função social da escola, Caldart (2020) problematiza finalidades educativas historicamente orientadas pela preparação de mão-de-obra e pela alienação das pessoas à ordem da exploração, defendendo a inserção da escola na construção da vida humana e social das comunidades camponesas e o desenvolvimento multilateral do ser humano. A Educação do Campo, de acordo com Caldart (2024) afirma a escola como espaço de pertencimento, construído a partir do protagonismo dos trabalhadores do campo e da valorização de suas trajetórias.

Essa concepção contrasta com a noção histórica de educação rural que, conforme Ribeiro (2012), tende a reproduzir o modelo urbano, sem considerar as especificidades sociais e culturais dos camponeses ou de seus filhos, limitando-se, em grande parte, à transmissão de conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples. Portanto, a emergência da Educação do Campo, ao reivindicar processos formativos produzidos nos territórios e nas experiências concretas dos trabalhadores do campo, pode ser compreendida como resposta política e pedagógica às limitações históricas da educação rural.

É nesse horizonte que este artigo se insere, tomando como campo empírico o Centro Estadual Integrado de Educação Rural (CEIER) de Águia Branca, no estado do Espírito Santo. A denominação institucional remete à expressão “educação rural” porque, no início da década de 1980, período de criação da escola, ainda não estava formulado o conceito de Educação do Campo. Contudo, o trabalho pedagógico desenvolvido no CEIER de Águia Branca se ancora nos princípios político-pedagógicos da Educação do Campo, constituindo-se como espaço privilegiado para analisar as relações entre juventudes rurais, formação e trabalho.

Como material de análise, mobilizamos as narrativas de oito jovens egressos dessa instituição – sendo quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino, formados entre os anos de 2019 e 2023. As entrevistas analisadas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2024, no contexto de uma pesquisa de doutorado intitulada “Juventudes rurais e territorialidades” (Jadejiski, 2024), na qual, embora o trabalho não tenha constituído o foco central do roteiro investigativo, tornou-se recorrente nas narrativas juvenis, assumindo papel estruturante nos percursos das juventudes.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa em educação, conforme Lüdke e André (1986), que compreendem o processo investigativo como construção interpretativa, na qual pesquisador e campo estabelecem relações dinâmicas na produção do conhecimento. Nessa perspectiva, a investigação qualitativa privilegia a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, valorizando contextos, processos e sentidos construídos nas práticas sociais, em vez de buscar generalizações estatísticas ou explicações de caráter universalizante.

A produção dos dados empíricos mobiliza entrevistas de história oral temática (Meihy; Seawright, 2021; Portelli, 2010, 2016), compreendida como prática dialógica e colaborativa em que narrador e pesquisador constroem conjuntamente o processo narrativo. Para Portelli (2010, 2016), a história oral assume o caráter de uma “arte da escuta”, em que vozes que produzem sentidos sobre o passado e o presente se encontram, enquanto Meihy e Seawright (2021) enfatizam o papel do colaborador como protagonista da narrativa, não reduzido à condição de informante. A adoção dessa abordagem possibilita acessar os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas trajetórias e às condições concretas que as constituem.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é analisar como o trabalho se inscreve nas trajetórias de jovens egressos do CEIER de Águia Branca. Buscamos, especificamente, compreender os sentidos atribuídos ao trabalho nas narrativas juvenis, discutir o papel da Educação do Campo como mediação emancipatória nesses percursos e problematizar como desigualdades de classe, gênero e acesso à terra condicionam as possibilidades de vida das juventudes rurais. Dessa forma, o texto se organiza em eixos analíticos, conforme esses objetivos.

JUVENTUDES RURAIS E TRABALHO

Neste texto, o trabalho é compreendido a partir do marco teórico que o toma como dimensão ontológica e histórica da formação humana, isto é, como atividade por meio da qual os sujeitos produzem a própria existência, transformam a natureza, constroem relações sociais e se formam nos processos concretos da vida. Nessa direção, não o reduzimos ao emprego formal, à ocupação remunerada ou às dinâmicas imediatas do mercado, mas o compreendemos como prática social que articula produção material da vida, experiências formativas, relações familiares, pertencimentos territoriais e projetos de futuro (Frigotto, 2008; Ciavatta, 2008; Frigotto; Ciavatta, 2012).

Ao problematizar as trajetórias das juventudes rurais, interessa-nos compreender o trabalho em sua dimensão ampliada, como princípio educativo que organiza experiências sociais e processos formativos para além da inserção produtiva imediata (Frigotto; Ciavatta, 2012). Nesse sentido, torna-se necessário distinguir as categorias mercado de trabalho e

mundo do trabalho, compreendendo que elas expressam diferentes formas de interpretar as experiências sociais. A primeira remete às formas institucionais de inserção produtiva, enquanto a segunda abrange dimensões mais amplas da vida social, incluindo relações familiares, saberes cotidianos e processos formativos que constituem a experiência dos sujeitos (Frigotto, 2008).

Nas entrevistas, observamos que o trabalho se inscreve de modo decisivo na vida dos jovens. Os relatos apresentam permanências, deslocamentos e escolhas profissionais diversas, sugerindo que a formação técnica não define de forma linear os projetos de vida. No conjunto das entrevistas, os jovens sinalizam que a formação técnica em Agropecuária não produz trajetórias homogêneas nem determina, de modo automático, a permanência no trabalho agrícola. Ao contrário, as experiências analisadas evidenciam usos distintos da formação recebida: alguns permanecem em atividades vinculadas ao campo, outros circulam entre campo e cidade, e outros projetam inserções profissionais em áreas não agrícolas, sem necessariamente romper seus vínculos territoriais.

Hermes¹, por exemplo, rememora: “Eu fiz o curso técnico de Agropecuária... porém não é o que eu gostava... desde 12 anos eu falava que queria Ciências Contábeis”. Em sentido distinto, Apolo narra sua inserção profissional em atividades vinculadas ao campo: “Agora eu estou nessa loja agropecuária... aqui eu sou o único funcionário... espero ficar por um bom tempo ainda”.

Nessa perspectiva, compreendemos os jovens como sujeitos que constroem sentidos sobre suas experiências escolares e sociais, em diálogo com suas condições concretas de vida, o que exige superar visões homogêneas sobre eles, conforme Dayrell e Carrano (2014). Para os autores, a juventude não pode ser compreendida como etapa fixa ou categoria uniforme, ao passo que é uma construção social forjada em desigualdades, pertencimentos territoriais e trajetórias singulares, nas quais escola, trabalho e família se imbricam na produção de sentidos sobre o presente e o futuro.

¹ Para garantir o anonimato, atribuímos aos jovens nomes de divindades gregas. A escolha inspira-se na mitologia, em que esses deuses mantêm vínculos estreitos com a Terra e com os fenômenos da natureza, dialogando com a proximidade que os entrevistados expressam em relação ao campo e às atividades agropecuárias.

Essa compreensão permite analisar as narrativas juvenis como expressões de identidades em disputa, nas quais a própria definição do que significa ser jovem rural é constantemente resignificada. Nesse sentido, Hermes explicita: “não me considero um jovem rural... eu amo o campo, mas minha perspectiva sempre foi outra”; já Apolo diz: “Eu me considero um jovem rural, completamente rural... pelo jeito de falar, pela forma de se vestir... morar na rua pra mim é um terror... eu prefiro mil vezes mais a zona rural...”.

Com essas falas, percebemos que pertencimento e identidade territorial assumem sentidos distintos entre as juventudes, indicando territorialidades múltiplas e não fixas, constituídas em processos de (re)territorialização vividos pelos sujeitos (Haesbaert, 2023). Esse movimento dialoga com análises anteriores desenvolvidas em nossa tese, nas quais compreendemos as territorialidades como produções históricas e identitárias que emergem das interações entre os sujeitos e seus territórios, sendo perpassadas por experiências formativas, memórias e narrativas que resignificam os modos de ser jovem no campo (Jadejiski, 2024).

Longe de se apresentarem como movimentos lineares ou explicáveis por uma lógica única, as trajetórias sinalizam que o trabalho atua como eixo estruturante das experiências juvenis. Em algumas narrativas, o trabalho aparece associado à possibilidade de permanência no campo, ainda que sob formas não necessariamente vinculadas à agricultura. Selene, por exemplo, constrói sua trajetória a partir da atuação em atividades não agrícolas, relacionadas ao comércio familiar e à gestão financeira do empreendimento do pai. Ela relata:

Bom, por enquanto, eu não tenho vontade de atuar como técnica em agropecuária, né, porque ... eu escolhi outra profissão, um pouco diferente né, porém se eu precisar trabalhar, eu acho que eu consigo. Eu estou estudando ciências contábeis, [...] mas eu faço à distância. Eu estou estagiando na secretaria da [...] escola aqui pertinho. Eu auxilio as secretárias ali. Daqui dois anos, o contrato acaba, aí eu não sei se eu vou continuar aqui trabalhando com meu pai, né, porque é o meu intuito de fazer a faculdade para ajudar ele. A gente tem um depósito de peças de moto ali, não sei se você viu o galpão. A gente trabalha com moto de leilão, né. A gente compra as motos e revende as peças, e, aí, na verdade, eu fiz mais a faculdade voltada para isso né.

No caso dessa jovem, o trabalho permite a permanência no território rural sem a centralidade da produção agrícola, apontando formas de reprodução social no campo que deslocam com a associação direta entre juventude rural e trabalho agrícola. A vivência territorial também aparece como escolha afetiva e identitária. Ela afirma: “eu gosto muito de morar aqui... eu pretendo criar meus filhos na zona rural”, mostrando que o pertencimento territorial não se limita à atividade produtiva, ao passo que envolve valores, vínculos familiares e modos de vida.

Em outras trajetórias, o trabalho agrícola mantém-se como referência central. Kairós narra sua experiência de saída temporária para o trabalho urbano, marcada pelo desgaste físico e simbólico, seguida do retorno à propriedade familiar. O trabalho no campo é compreendido por ele como processo que demanda planejamento, investimento e tempo, não sendo idealizado nem romantizado. Nesse contexto, o retorno ao território, ganha contornos de um percurso construído em meio a responsabilidades familiares e à busca por condições dignas de vida, mais do que como adesão automática ao trabalho agrícola:

Na colheita do café é uma correria... a gente levanta cedo, chega tarde em casa... é pesado e cansativo, mas é assim que funciona o dia a dia [...]. Muita gente acaba procurando outro serviço... porque lá na roça o retorno demora e nem sempre compensa o esforço [...]. Para trabalhar na roça não é só chegar e plantar... tem que planejar, investir, esperar... não é rápido como muita gente pensa [...]. Quem vê de fora acha bonito... mas quem está lá sabe que é pesado e exige muito da gente [...] Teve um período que eu saí da roça para trabalhar na cidade... queria ver como era... mas depois voltei para ajudar a família, porque aqui também é nosso lugar e tem as coisas que a gente construiu (Kairós, entrevista, 2024).

Há também narrativas em que o trabalho se apresenta como elemento de circulação entre campo e cidade, sem que isso implique ruptura com o pertencimento territorial. Ártemis, ao deslocar-se para a cidade em função da formação superior, mantém seu projeto de vida vinculado ao campo, compreendendo o trabalho e o estudo fora do território rural como etapas necessárias de sua trajetória, o que evidencia experiências juvenis marcadas pela multiterritorialidade, nas quais o trânsito entre diferentes territórios constitui estratégia de vida e formação (Haesbaert, 2023). No caso dessa jovem, o retorno segue como possibilidade aberta, ainda que situada sob limites estruturais:

A gente precisa sair para estudar... muitas vezes tem que ir para a cidade... porque aqui não tem as oportunidades que precisa [...]. A vontade é da gente voltar para a roça... talvez não necessariamente para a propriedade familiar, mas a vontade é de continuar no meio rural, de estar no campo [...] Escolhi agronomia porque sempre vivi nisso... crescer na roça foi o que mais influenciou minha decisão (Ártemis, entrevista, 2024).

Em contraste, algumas narrativas indicam que o trabalho pode também atuar como fator de afastamento do campo, seja pela percepção dos limites materiais da vida rural, seja pela busca de maior estabilidade econômica. Hermes e Hefesto, embora tenham sido formados na Educação do Campo e mantenham vínculos familiares com a agricultura, constroem trajetórias profissionais orientadas prioritariamente para fora do trabalho agrícola. Em suas narrativas, o trabalho no campo é associado ao esforço físico intenso, à instabilidade financeira e à ausência de perspectivas, levando-os a buscar outras formas de inserção, como o ingresso de Hermes em um escritório de contabilidade e a inserção profissional de Hefesto em uma loja agropecuária. Ainda assim, eles veem o campo como espaço de moradia futura ou de investimento, expressando relações ressituidas com o território.

Outras trajetórias tornam visível o trabalho como condição de sobrevivência, marcada pela precarização e pela responsabilização precoce. Apolo e Hera narram experiências de trabalho desde cedo, tanto no campo quanto em atividades urbanas, conciliando estudo, trabalho e, no caso de Hera, responsabilidades de cuidado familiar. Nessas narrativas, os percursos juvenis são fortemente condicionados por limites concretos, como a necessidade imediata de geração de renda, a ausência de políticas públicas e a sobrecarga de trabalho, especialmente para as jovens mulheres. O trabalho, nesses casos, apresenta-se como exigência cotidiana que reorganiza os percursos juvenis diante das condições materiais de vida.

O conjunto das entrevistas indica, portanto, que as relações entre juventudes rurais e trabalho não podem ser compreendidas a partir de explicações generalizantes ou dicotômicas, reforçando a necessidade de compreender os jovens em sua pluralidade de experiências e trajetórias, conforme apontam Dayrell e Carrano (2014). As trajetórias juvenis analisadas explicitam percursos diversos, nos quais o trabalho atua como elemento

organizador das experiências de vida. Assim, as experiências analisadas apontam para a centralidade das mediações formativas, sociais e territoriais na construção dos projetos juvenis.

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO MEDIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Ao analisar as narrativas dos jovens egressos, compreendemos a Educação do Campo como mediação que se realiza nas práticas concretas da escola e nas relações que ela estabelece com a vida social dos territórios. Ela articula formação escolar, experiências coletivas e projetos sociais em disputa, produzindo sentidos que ultrapassam a lógica instrumental da escolarização. Nessa direção, Caldart (2020; 2024) destaca que a escola do campo se constitui na relação orgânica com os sujeitos e com suas realidades, estabelecendo-se como espaço em que educação, trabalho e vida social coexistem. Assim, interessa-nos observar como essa mediação se materializa nas trajetórias juvenis como processo formativo que incide sobre os modos de interpretar o trabalho, o território e as possibilidades de vida.

As narrativas dos jovens entrevistados dão a ver que a Educação do Campo não é uma instância de fixação territorial nem determinante de trajetórias juvenis; ao contrário, amplia repertórios e produz leituras críticas da realidade. Em consonância com sua perspectiva emancipatória, a Educação do Campo aparece nas entrevistas como espaço de formação que parte da realidade concreta dos sujeitos, sem restringir-se a ela, possibilitando o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e o retorno reflexivo à realidade com vistas à sua compreensão e transformação.

Em diversas trajetórias, a Educação do Campo contribui para a construção de sentidos ampliados sobre o trabalho, para além de sua dimensão produtiva imediata. Apolo, por exemplo, mobiliza conhecimentos adquiridos durante sua formação para atuar profissionalmente em uma loja agropecuária, articulando saberes técnicos e científicos ao atendimento de agricultores e à resolução de problemas concretos do cotidiano produtivo. Nesse caso, a Educação do Campo se expressa como articulação entre formação escolar e inserção no mundo do trabalho, sem pressupor adesão a um único projeto territorial ou produtivo.

Em outras narrativas, a Educação do Campo aparece como base formativa que sustenta percursos de circulação entre campo e cidade. Ártemis, ao deslocar-se para a cidade em função da formação superior, reconhece que a experiência escolar contribuiu para ampliar sua leitura do território e fortalecer seu vínculo com o campo, inclusive durante períodos de deslocamento. Essa experiência formativa é narrada como elemento que sustenta o trânsito territorial sem romper vínculos com o campo.

Há também trajetórias em que a Educação do Campo atua como espaço de acolhimento e proteção, sobretudo em contextos permeados por precarização do trabalho e desigualdades sociais. Hera destaca o papel da escola como lugar de suporte material e simbólico, onde jovens em situação de vulnerabilidade encontravam alimentação, escuta e acolhimento. Nesses casos, a Educação do Campo assume papel de política pública de proteção social, incidindo diretamente nas condições de vida dos sujeitos que vivem do trabalho no campo.

Em algumas narrativas, a Educação do Campo contribui para a resignificação das relações com o território, inclusive em percursos profissionais não vinculados diretamente à agricultura. Hermes e Hefesto, embora não projetem sua inserção profissional no campo, reconhecem na formação recebida elementos que ampliaram sua compreensão das dinâmicas rurais, das desigualdades no acesso à terra e das contradições do mundo do trabalho agrícola. Essas narrativas indicam que a formação recebida se consolida como referência interpretativa, ainda que os percursos profissionais se orientem para outros campos de atuação.

Em outras experiências, a Educação do Campo sustenta projetos de permanência e atuação qualificada no território rural, articulando formação escolar, trabalho e compromisso com a comunidade. Perséfone e Kairós demonstram como os saberes construídos na escola contribuem para diferentes formas de inserção no campo: Kairós permanece na propriedade familiar e participa da reorganização do trabalho agrícola junto à família; Perséfone, além de colaborar nas atividades da roça, atua como cuidadora de um estudante público da Educação Especial em uma escola multiseriada do campo. Ainda assim, tais percursos são narrados em meio a limites materiais e desafios estruturais.

As narrativas analisadas reforçam a Educação do Campo como mediação emancipatória que sustenta leituras plurais sobre trabalho e território. Ao partir da realidade

concreta e retornar a ela de forma crítica, ela contribui para a ampliação das possibilidades de vida no campo, não como imposição de permanência, mas como defesa do direito à escolha e da luta por condições dignas de existência para aqueles que optam por viver e trabalhar nos territórios rurais.

DESIGUALDADES, GÊNERO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO JUVENIL

As trajetórias juvenis analisadas apontam que as relações entre juventudes rurais e trabalho são marcadas por desigualdades estruturais, historicamente relacionadas às formas de organização social do trabalho e às condições desiguais de acesso à terra e aos meios de produção (Frigotto, 2008). Essas desigualdades produzem efeitos distintos sobre os sujeitos conforme condições de classe, gênero, acesso à terra e redes de apoio familiar e institucional. Elas se materializam nas experiências cotidianas de trabalho, delineando percursos assinalados por precarização, responsabilização precoce e limites concretos à ampliação das possibilidades de vida no campo.

Em algumas narrativas, a precarização do trabalho aparece associada à instabilidade das condições de reprodução social no campo, sobretudo entre jovens oriundos de famílias sem acesso à terra ou inseridas em formas subordinadas de trabalho agrícola. Apolo, ao relatar sua trajetória marcada pela meeiragem, pela moradia provisória em terras de terceiros e por deslocamentos, expõe como a ausência de estabilidade territorial e produtiva pressiona a inserção precoce no trabalho e limita as possibilidades de planejamento de longo prazo.

As desigualdades de gênero também se manifestam de forma significativa nas trajetórias analisadas, influenciando diretamente a participação nas atividades escolares e incidindo sobre as expectativas dirigidas às jovens mulheres. Hera torna visível essas assimetrias ao rememorar sua experiência no CEIER, afirmando que “Lá na escola... acontecia muito uma coisa que me incomodava muito, que era a questão do machismo... serviços que são considerados mais para homens do que para mulheres, sendo que eu fazia todos”, mostrando como a divisão generificada das tarefas atravessava o cotidiano

formativo. A narrativa torna perceptível que tais experiências reelaboram a forma como as jovens se posicionam diante das expectativas de gênero.

De modo semelhante, Perséfone desvela a sobreposição de múltiplas jornadas de trabalho, articulando a atuação na propriedade familiar, o trabalho no comércio local e a experiência como estagiária na escola. Nessas trajetórias, o trabalho feminino no campo aparece associado ao cuidado, à docência e à manutenção da vida comunitária, escancarando uma divisão sexual do trabalho que, embora naturalizada em muitos contextos, impõe sobrecargas específicas às jovens mulheres e restringe suas possibilidades de formação e inserção profissional. Como relata Perséfone: “De manhã eu trabalho na escola cuidando do estudante especial... à tarde estudo... à noite fico no bar da família... é uma rotina bem corrida... sempre tem criação para tratar, um terreiro para varrer... é bem cansativo”.

As desigualdades também se expressam no acesso à terra, elemento central para compreender as distintas relações com o trabalho agrícola. Nesse sentido, Ártemis verbaliza: “Minha família é proprietária da terra. São três hectares... a gente fez a divisão da propriedade do meu avô”. Em contraste, Apolo relata percursos marcados pela ausência de terra própria: “A gente sempre morou em propriedade das pessoas... a gente foi meeiro... hoje em dia eu moro em casa mesmo, não em propriedade não” e Hermes, por sua vez, também menciona a condição de meeiragem: “Meus pais são cafeicultores... na modalidade de meeiros. Nunca tiveram a terra própria... [...] Tenho essa vontade como moradia... poder ter minha propriedade... trabalhar na cidade e investir no campo.” Essas diferentes condições fundiárias repercutem diretamente sobre os sentidos atribuídos ao trabalho no campo e sobre as expectativas juvenis, revelando como as relações de poder e as desigualdades socioeconômicas participam da própria produção dos territórios e de suas territorialidades (Haesbaert, 2023).

Além disso, as entrevistas apontam que a precarização do trabalho juvenil não se restringe ao campo, manifestando-se também nas experiências urbanas vividas por parte dos jovens. Kairós e Hefesto, ao relatarem suas inserções no trabalho urbano, destacam jornadas extenuantes, baixos salários e desgaste físico e emocional, sinalizando que a saída do campo não elimina automaticamente a precariedade, mas a reorganiza em outros contextos laborais.

Hefesto relata: “Eu me formei no CEIER em 2019... fui trabalhar numa fábrica de roupa... depois surgiu a oportunidade numa loja agropecuária... hoje trabalho aqui”, expressão de percursos profissionais marcados por deslocamentos entre diferentes atividades e pela busca por estabilidade econômica fora do trabalho agrícola. Essas experiências reforçam que a precarização atravessa distintos espaços de trabalho.

O conjunto das narrativas analisadas permite compreender que as trajetórias juvenis no campo são produzidas no entrelaçamento entre trabalho, desigualdades sociais e condições materiais de existência. Gênero, classe e acesso à terra atuam como vetores estruturantes que distribuem de forma desigual as possibilidades de reprodução social e inserção laboral. Nesse sentido, mais do que indicar uma precarização recente do trabalho juvenil no campo, as entrevistas evidenciam a permanência e a atualização histórica de formas precárias de trabalho, expressas na ausência de terra própria, na instabilidade da renda, na sobrecarga familiar, nas jornadas extensas e na circulação por ocupações pouco protegidas. Tais condições limitam o direito à escolha e impõem restrições concretas às trajetórias das juventudes rurais.

(IN)CONCLUINDO O DIÁLOGO

As análises desenvolvidas ao longo deste texto sublinham a multiplicidade de percursos juvenis constituídos na articulação entre trabalho, formação e condições materiais de existência. O trabalho, nesse contexto, aparece como dimensão organizadora das experiências. Distantes de expressarem escolhas puramente individuais ou decisões totalmente impostas pelas estruturas sociais, os percursos analisados expõem limites concretos que estreitam as possibilidades de escolha, sobretudo diante das desigualdades estruturais que perpassam o acesso à terra, ao trabalho digno e às oportunidades formativas.

Nesse cenário, a Educação do Campo é reafirmada como dimensão formativa que amplia horizontes interpretativos e sustenta leituras críticas sobre o território e sobre o mundo do trabalho, contribuindo para que os jovens elaborem percursos de vida ancorados em seus contextos. Mais do que direcionar destinos, sua potência reside em possibilitar a

construção de sentidos plurais acerca do campo, reconhecendo a circulação, a permanência e o deslocamento como dimensões legítimas das trajetórias juvenis.

As entrevistas analisadas indicam que a liberdade de circular, sair, permanecer ou retornar ao campo não se realiza de forma abstrata; ao contrário, encontra-se condicionada por desigualdades estruturais que limitam a efetivação do direito à escolha. Nesse sentido, o debate se desloca da valorização moral da permanência ou da saída para a defesa de condições materiais que ampliem efetivamente as possibilidades de vida das juventudes rurais, convocando a reflexão sobre políticas públicas voltadas ao trabalho digno, ao acesso à terra e à permanência qualificada no campo.

Como limite desta investigação, destacamos o fato de que o trabalho não constituiu o foco central do roteiro investigativo, o que restringe o aprofundamento de determinadas dimensões das experiências laborais juvenis. Ainda assim, a recorrência do tema nas narrativas evidencia sua centralidade nas trajetórias analisadas e aponta para a necessidade de pesquisas que explorem de forma mais sistemática as intersecções entre juventudes, trabalho e Educação do Campo.

Nesse horizonte, estudos futuros podem avançar na análise longitudinal das trajetórias juvenis, na comparação entre diferentes experiências territoriais da Educação do Campo e na investigação das relações entre formação escolar, desigualdades sociais e projetos de vida. Ao assumir um caráter deliberadamente (in)conclusivo, este artigo busca menos encerrar o debate e mais contribuir para a ampliação do diálogo crítico sobre juventudes rurais, trabalho e as condições de existência no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico. **Revista Cocar**, Belém, ed. especial, n. 33, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9788/4138>. Acesso em: 6 maio 2026.

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 9 de março 2020. Disponível em: <https://olhoscriticos.wordpress.com/wp->

content/uploads/2020/03/artigo-func3a7c3a30-social-das-esc.-do-campo-e-desafios-educac.-do-nosso-tempo-roseli-s.-caldart.pdf. Acesso em: 6 maio 2026.

Clavatta, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 408-415. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf>. Acesso em: 6 maio 2026.

Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-133.

Frigotto, Gaudêncio. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 399-404. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf>. Acesso em: 6 maio 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Clavatta, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 750-757. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 6 maio 2026.

HAESBAERT, Rogério. Território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, e61073, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073/35707>. Acesso em: 6 maio 2026.

Jadejiski, Rainei Rodrigues. **Juventudes rurais e territorialidades**. Vitória/ES, 2024. 215f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/87c82cc2-76b1-4d44-bd81-ac94101fe7a1/content>. Acesso em: 6 maio 2026.

Lüdke, Menga; André, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

Meihy, José Carlos Sebe Bom; Seawright, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. 1. ed. [1. reimpressão]. São Paulo: Contexto, 2021.

Portelli, Alessandro. **Ensaio de história oral**. [seleção de textos: Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago; Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

Portelli, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. [tradução: Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 295-301. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 6 maio 2026.

Dados de autoria

Rainei Rodrigues Jadejiski

Camponês e ativista na/da/pela Educação do Campo, das Águas e das Florestas. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor da área de Educação do Instituto Federal do Maranhão (Ifma) Campus Araiões. Integra o Grupo de Pesquisa "Culturas, Parcerias e Educação do Campo" da Ufes. Interessa-se pela pauta das diversidades e da inclusão em suas múltiplas expressões, bem como por temas relacionados à decolonialidade, à Educação do Campo, das Águas e das Florestas, às juventudes rurais, aos territórios e às territorialidades. E-mail: raineirj@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1282-0829>.